

Agricultor tem chance de alongar dívida

Projeto de César Borges que autoriza o alongamento de dívidas do crédito rural de agricultores familiares pode ser examinado pela Câmara dos Deputados durante a convocação. **Página 4**

Fotos: Célio Azevedo



Osmar Serraglio (E) e Eduardo Paes examinam documentos da CPI dos Correios

Mensalão seria maior do que se imagina

Relator-adjunto da CPI dos Correios, o deputado Eduardo Paes afirmou ontem que o relatório a ser apresentado amanhã pelo deputado Osmar Serraglio trará evidências de que o mensalão pode ser muito maior do que o que foi identificado até agora. **Página 4**

Projetos favorecem a doação de órgãos

Comissão de Assuntos Sociais vai analisar propostas de Serys Slhessarenko e Lúcia Vânia. **Página 3**



Antonio Carlos apresentou a proposta que será examinada pela Comissão de Justiça

Congresso analisa 19 pedidos de créditos

Comissão Representativa examina projetos de abertura de créditos orçamentários que já estão com pareceres aprovados pela Comissão Mista de Orçamento

Exploração de florestas está na pauta da convocação

Projeto que permite a exploração privada de florestas públicas está na pauta de votações da convocação extraordinária. Polêmica, a proposta já passou pelas comissões permanentes e, para evitar modificações, o governo recorreu à oposição. Fechou um acordo que prevê a regulamentação dos pontos sem consenso por meio de projeto do senador Jefferson Péres, que tramitará separadamente. **Página 3**

Regras para abrir empresa podem ser simplificadas

Cumprir 17 procedimentos para abrir uma empresa no Brasil leva em média 152 dias, conforme estudo do Banco Mundial. Para diminuir a burocracia e facilitar a vida dos candidatos a empresário, Antonio Carlos Magalhães apresentou projeto que simplifica o registro de pessoas jurídicas. **Página 2**

Nova lei para a indústria do gás natural

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vai examinar projeto do senador Rodolpho Tourinho que visa estabelecer um regime legal mais adequado para a indústria do gás natural. A proposta será analisada depois por mais duas comissões. **Página 4**

A pauta inclui sete pedidos de créditos adicionais que ficaram pendentes na última sessão do Congresso, realizada na semana passada. Entre esses projetos está um reforço de R\$ 205 milhões para o programa Bolsa-Família. Além dos créditos pendentes, estão em pauta 12 projetos examinados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), em esforço concentrado. O de maior montante envolve suplementação de R\$ 7,1 bilhões, sendo R\$ 5,8 bilhões em favor do Ministério da Previdência Social. Outros 18 pedidos de créditos adicionais acolhidos pela CMO dependem de nova convocação da Comissão Representativa. **Página 3**

A força de um pólo

• Manaus abriga um parque industrial que emprega mais de 100 mil pessoas

• O faturamento anual é de aproximadamente US\$ 16 bilhões

• Ao contrário dos tempos iniciais, quando a economia local era marcada pela importação de produtos de consumo, atualmente as indústrias do estado já exportam mais de US\$ 2 bilhões por ano



Zona Franca deve virar pólo industrial

Criada em 1967, a Zona Franca de Manaus deixou de ser apenas uma vitrine de produtos importados para se tornar um pólo industrial de US\$ 16 bi. Visando reconhecer a nova realidade, o Senado discute proposta que cria o Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. **Página 2**

Mudança deve ser votada em segundo turno no período de convocação extraordinária do Congresso. Arthur Virgílio e Jefferson Péres destacam a importância da região

Zona Franca passará a ser Pólo Industrial da Amazônia Brasileira

A Zona Franca de Manaus deverá mudar de nome em breve. A proposta de emenda constitucional, cuja votação em segundo turno está prevista para o período de convocação extraordinária do Congresso, institui em seu lugar o Pólo Industrial da Amazônia Brasileira – denominação que está mais de acordo com a realidade econômica atual da região.

Apresentada pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), a proposta (PEC 59/04) foi aprovada por unanimidade no Plenário em novembro. Em seguida, encaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), elaborou a redação para o segundo turno. O texto está pronto para a votação final em Plenário.

Criada em 1967, durante o governo militar, a Zona Franca de Manaus caracterizou-se, em sua primeira fase, por ser uma vitrine de produtos importados para os consumidores acostumados com uma economia muito mais fechada do que a atual. Milhares de turistas de várias partes do país dirigiam-se à capital do Amazonas para adquirir, principalmente, produtos eletrônicos.

Ao longo dos últimos anos, Manaus consolidou um parque industrial que emprega mais de 100 mil pessoas e conta com faturamento anual aproximado de US\$ 16 bilhões. E, ao contrário dos tempos iniciais, quando a economia local era marcada pela



Eletroeletrônicos e informática lideram faturamento

De acordo com indicadores de desempenho do Pólo Industrial de Manaus elaborados pela Suframa, o setor de eletroeletrônicos/bens de informática lidera o faturamento, com **US\$ 8,62 bilhões** e crescimento de **36,71%** em relação ao acumulado de janeiro a outubro de 2004.

Os destaques foram telefones celulares, com produção de **30,4 milhões** de unidades e faturamento de **US\$ 2,18 bilhões**, e televisores, com **8,8 milhões** de unidades produzidas e faturamento de **US\$ 1,88 bilhão**.

Em seguida, o setor de duas rodas, com faturamento de **US\$ 2,57 bilhões**. Logo após, vem o setor químico, que faturou **US\$ 1,26 bilhão** e tem como principal produto o concentrado para elaboração de bebidas não-alcoólicas.

importação de produtos de consumo, atualmente as indústrias do estado já exportam mais de US\$ 2 bilhões por ano.

– Essa concepção de zona franca é do passado. Representa uma economia fechada para o exterior, sendo Manaus um entreposto de compra e venda de importados. Hoje, temos um pólo industrial de altíssima definição tecnológica, com uma perspectiva de inovação – sustentou Arthur Virgílio, pouco antes da aprovação da matéria em primeiro turno.

Também senador pelo Amazonas, Jefferson Péres (PDT) observou, durante a mesma sessão, que não se trata apenas de uma questão de nome. “Trata-se de adequar o nome ao fato, ao con-



Em primeiro turno, proposta de Arthur Virgílio foi aprovada por unanimidade

teúdo”, definiu. Ele recordou que Manaus não é mais um “paraíso de compras” e que o Amazonas já tem o sétimo produto interno bruto (PIB) *per capita* do país, graças ao parque industrial instalado na região.

Antonio Carlos propõe simplificar regras para abertura de empresas

Análise do Banco Mundial apurou que o empresário brasileiro gasta, em média, 152 dias para cumprir os 17 procedimentos necessários para criar uma empresa. Esse tempo é maior do que a média de 70 dias verificada nos países da América Latina e está muito distante dos dois dias necessários para o mesmo procedimento na Nova Zelândia. Visando diminuir a burocracia, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou projeto que estabelece normas para simplificar o procedimento de registro de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Uma das inovações incluídas na proposta (PLS 415/05) é que os empresários e pessoas jurídicas inscritos no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ), administrado pela Secretaria da Receita Federal, ficam dispensados da inscrição em outro cadastro de contribuintes da União, estados, DF, municípios ou da Previdência Social. Os órgãos de fiscalização fazendária de



Antonio Carlos quer desburocratizar processo de registro de empresários

todos esses entes terão acesso às informações relacionadas aos empresários e pessoas jurídicas incluídas no CNPJ.

Segundo o projeto, não será exigida taxa referente a atos praticados pelo contribuinte perante o CNPJ. Os agentes operacionais poderão firmar convênios com órgãos e instituições capacitados tecnicamente, visando à facilitação da abertura e baixa de empresários e pessoas jurídicas. A proposição será analisada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), nesta última de forma terminativa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

CPI dos Correios toma depoimentos amanhã

A Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios deve ouvir amanhã, às 15h, os depoimentos de Giovanni Cérvo, da agência FCB, e Reginaldo Reges Fernandes, funcionário da Skymaster. Foi adiada a continuação dos depoimentos de Ioannis Amerissonis, sócio da Brazilian Airlines Transportes Aéreos (Beta), que prestou serviços aos Correios, e de Ricardo Quirini, sócio da agência Grotera, prevista para hoje. As oitavas foram suspensas na quinta-feira, para permitir a análise de gravação em que são discutidos pagamentos para a concorrente Varig Log e para os Correios.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Comissão Representativa decide hoje sobre liberação de créditos

Em sua primeira reunião, a Comissão Representativa do Congresso vai apreciar, a partir das 15h de hoje, 19 projetos de abertura de créditos orçamentários que já estão com pareceres aprovados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). A pauta inclui sete pedidos de créditos adicionais que ficaram pendentes na última sessão do Congresso, realizada semana passada.

Entre esses projetos está um pedido de reforço de R\$ 205 milhões para o programa Bolsa-Família. Outro destina crédito de R\$ 422,3 milhões aos ministérios da Justiça e da Defesa. Na Justiça, R\$ 178,6 milhões beneficiarão o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e a Polícia Federal. O Ministério da Defesa é contemplado com

R\$ 242,7 milhões, para diversas despesas, inclusive manutenção e pagamentos relativos à compra de aeronaves.

Além de créditos pendentes, a pauta contém 12 projetos de uma lista de quase 30 matérias examinadas pela CMO, em esforço concentrado, na última semana. O de maior montante envolve suplementação de R\$ 7,1 bilhões, sendo R\$ 5,8 bilhões em favor do Ministério da Previdência Social – boa parte para pagamento de auxílios, pensões e aposentadorias nas áreas rural e urbana.

Os outros 18 pedidos de créditos adicionais já aprovados pela Comissão Mista de Orçamento vão depender de nova convocação da Comissão Representativa, além de acordo partidário assegurando o exame final das matérias.



Serys quer incluir diagnóstico sobre anencefalia na lei de transplantes



Lúcia Vânia propõe um registro de manifestação do desejo de doação

Projetos em análise na CAS facilitam doação de órgãos

Dois projetos que promovem alterações na lei sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento deverão ser analisados, brevemente, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. As propostas foram apresentadas pelas senadoras Serys Shhessarenko (PT-MT) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A intenção de Serys, por meio do PLS 405/05, é incluir o diagnóstico de anencefalia entre as possibilidades de retirada de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano para transplante, previstas na Lei 9.434/97. A remoção só será permitida, entretanto, quando ficar comprovado que as atividades cardiorrespiratórias do paciente funcionam por meios artificiais, o que atestaria a impossibilidade de manutenção da vida em condições normais.

A senadora argumenta que os portadores de anencefalia não costumam sobreviver mais do

que três dias. Apesar da sobrevivência reduzida, ela observa que os órgãos doados por esses recém-nascidos são de grande valia para quem aguarda na fila do transplante, principalmente crianças.

Registro

O outro projeto (PLS 408/05), de autoria de Lúcia Vânia, insere o registro legal do desejo de doação entre as condições para retirada de órgãos, tecidos e partes do corpo para transplante. Essa declaração de vontade seguirá um modelo específico e será mantida em sigilo até o seu falecimento.

De acordo com a senadora por Goiás, a doação só é válida, atualmente, mediante autorização de familiares do doador. Lúcia Vânia informa que o Brasil conta com mais de 60 mil pessoas na lista de espera do transplante e que a maioria das famílias de doadores admite que essa decisão seria facilitada se o falecido houvesse manifestado sua vontade em vida.

Como o projeto vinha trancando a pauta, por não haver consenso entre os senadores, governo retirou o pedido de urgência e a matéria passou a ter tramitação normal

Exploração de florestas públicas será examinada na convocação

O projeto de lei do Executivo que regulamenta a gestão de florestas públicas para exploração sustentável está na pauta de votações da convocação extraordinária. A proposta tramitava em regime de urgência constitucional, mas, como não houve consenso para a sua votação em Plenário, ela passou a trancar a pauta do Senado, impedindo a aprovação de outros temas importantes. O governo decidiu, então, retirar a urgência, e o projeto passou a seguir a tramitação normal.

A gestão de florestas públicas foi considerada uma das matérias mais polêmicas em tramitação no Congresso Nacional este ano. Um dos principais motivos é o fato de a proposta (PLC 62/05) permitir a exploração privada de florestas públicas por até 40 anos, por meio de concessão. Vários senadores temem que a medida venha a promover a internacionalização da Amazônia, apesar de o projeto determinar que somente empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no país podem se candidatar à exploração.

Audiência pública precederá edital de concorrência

O Executivo propõe a gestão de florestas públicas por meio de três instrumentos: criação direta de florestas nacionais, estaduais e municipais; destinação de florestas públicas a comunidades locais; e concessão florestal, incluindo florestas naturais ou plantadas.

No caso da gestão direta, o poder público poderá firmar, com terceiros, convênios, contratos ou instrumentos similares, de duração limitada a 120 meses. A concessão de florestas públicas já ocupadas ou utilizadas por comunidades locais será a título não oneroso. A concessão onerosa se dará mediante concorrência, com edital precedido de audiência pública e contrato disponibilizado pela Internet.



Agrupino defende parecer de sua autoria restaurando texto original, conforme acordo

A proposição já foi aprovada nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), após ter sido discutida em duas audiências públicas conjuntas.

Acordo

Para evitar que a matéria fosse aprovada com alterações e tivesse que retornar à Câmara dos Deputados, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, chegou a comparecer ao Senado para defender a aprovação do projeto original. O apelo surtiu efeito e

o texto passou sem alterações, embora o relator na CCJ, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), tivesse apresentado substitutivo com várias modificações à iniciativa do governo.

Coube, então, ao senador José Agripino (PFL-RN) a elaboração do parecer pela manutenção do texto na íntegra. A aprovação sem modificações só foi possível porque a ministra fechou um acordo com os senadores, comprometendo-se a regulamentar os pontos polêmicos por meio de um novo projeto de lei, que será apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Proposta exclui das concessões acesso ao patrimônio genético

O projeto do Executivo institui o Plano Anual de Outorga Florestal (Paof), que deverá identificar as florestas a serem submetidas à concessão para exploração de produtos e serviços contratualmente especificados.

Pela proposta, não poderão ser licitados, entre outros, a titularidade mobiliária ou preferência em sua aquisição; o acesso ao patrimônio genético para fins de pesquisa e desenvolvimento, bioprospecção ou constituição de coleções; a exploração de recursos minerais, pesqueiros ou da fauna silvestre; e a comercialização de créditos decorrentes da emissão evitada de carbono em florestas naturais.

A receita oriunda das concessões será rateada entre os estados, os municípios, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Fundo Nacional

de Desenvolvimento Florestal (FNDF). Esse fundo, também criado pelo projeto, deverá fomentar atividades voltadas para o desenvolvimento florestal sustentável e promover a inovação tecnológica no setor.

A proposição cria ainda o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), subordinado ao Ministério do Meio Ambiente. Além de ser responsável pela gestão do FNDF, o SFB terá, entre outras, as seguintes atribuições: elaborar a proposta do plano anual de outorga; estimular e fomentar a prática de atividades florestais sustentáveis madeireira, não-madeireira e de serviços; promover estudos de mercado para produtos e serviços gerados pelas florestas; propor planos de produção florestal sustentável de forma compatível com as demandas da sociedade; gerir e fiscalizar os contratos de concessão florestal.

Proposta que autoriza o alongamento de dívidas de agricultores familiares foi aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Câmara pode analisar projeto que renegocia dívidas rurais



César Borges propõe que débitos oriundos do crédito rural sejam repactuados

O projeto de lei de autoria do senador César Borges (PFL-BA) que autoriza o alongamento de dívidas oriundas do crédito rural de agricultores familiares poderá ser examinado pela Câmara durante o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional. A matéria foi aprovada em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no final de novembro, e o prazo para interposição de recurso para sua apreciação pelo Plenário do Senado expirou no último dia 15.

A proposta autoriza a repactuação de dívidas de pequenos agricultores das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul prejudicados pela seca, e de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo compreendidos na área da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

A renegociação poderá contemplar contratos no valor de até R\$ 50 mil de mutuários que estejam em dia com suas obrigações ou que regularizem sua situação em até 180 dias após a regulamentação da lei.

CCJ deve examinar proposta que trata da legislação do gás natural

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai examinar projeto de lei do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que trata da importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural. A matéria, relatada pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), consta da pauta de convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Segundo Tourinho, o projeto (PLS 226/05) objetiva estabelecer um regime legal mais adequado para a indústria do gás natural, cujas atividades não foram tratadas com o devido detalhamento na Lei 9.478/97, a chamada Lei do Petróleo. O senador diz que

essa lei tornou-se, ao longo do tempo, um instrumento legal insuficiente para desenvolver a indústria do gás natural e inadequada para regular o exercício de algumas atividades, sobretudo aquelas sujeitas aos chamados monopólios naturais, como o transporte de gasodutos, cujos regimes “precisam de urgente revisão que elimine conflitos imprevistos e que permita maior concorrência na comercialização do produto”.

A proposta mantém os regimes estabelecidos pela Lei do Petróleo para o exercício de determinadas atividades e institui, para outras, regimes mais adequados às peculiaridades da indústria do gás. O regime de concessão é mantido para as atividades de exploração



Regimes de algumas atividades do setor precisam de urgente revisão, diz Tourinho

e produção, permanecendo as atividades de processamento, importação e exportação submetidas ao regime de autorização. Foi sugerido também o regime de autorização para atividades não contempladas na Lei do Petróleo, como a compressão, a liquefação, a regaseificação e a comercialização do gás natural, ressalvada a competência do poder concedente estadual nesta última.

Maguito Vilela volta ao Senado após quatro meses



Substituído pela segunda vez por Iris de Araújo, Maguito Vilela reassume mandato de senador

Maguito Vilela (PMDB-GO) reassumiu ontem seu mandato. O senador estava licenciado havia quatro meses para tratamento de saúde e para resolver assuntos de interesse particular. Seu lugar estava sendo ocupado pela primeira suplente, Iris de Araújo. Dessa vez,

Iris – que também já havia substituído Maguito em 2003 – apresentou um projeto para facilitar o acesso dos portadores de necessidades visuais aos livros adquiridos por programas governamentais.

Em pauta a adequação do ensino da Marinha à LDB

A pauta de convocação extraordinária do Senado inclui projeto de lei da Câmara que ajusta o sistema de educação da Marinha à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O ensino da Marinha tem como objetivo prover os militares com conhecimento geral, técnico e científico necessário ao exercício da função.

É a lei de ensino da Marinha que organiza e disciplina a estrutura educacional atendendo às peculiaridades da vida naval militar. O projeto (PLC 139/05) atualiza a lei que rege o sistema de ensino da Armada para que esteja de acordo com as normas educacionais do país.

A proposta, enviada pelo governo e já aprovada na Câmara, aguarda exame das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado.

Deputado diz que mensalão envolve mais recursos que os identificados

O deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ), relator-adjunto da CPI dos Correios, afirmou, ontem, que a prestação de contas que o relator Osmar Serraglio (PMDB-PR) apresentará amanhã trará evidências de que o mensalão pode ser muito maior do que o que foi identificado até agora.

Segundo Paes, que não admite o discurso de que o mensalão não existiu, a prática consistiu numa série de pagamentos, feitos aos “amigos do governo”, com certa regularidade, em datas próximas a votações importantes no Congresso.

– Parte dos pagamentos era feita no varejo, parte no atacado. Era uma espécie de caixa disponível para eventuais necessidades – disse o deputado.

Eduardo Paes adiantou que o relatório pretende explicar o valerioduto e consolidar as informações já apresentadas, de uma forma mais organizada. O documento tratará de origens, intermediação e destino. Sobre as origens, o relator-adjunto afirmou que há informações novas sobre Banco do Brasil e Visanet.

Para o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-BA), membro da CPI dos Correios, a comissão entra, a partir da apresentação do

relatório, numa nova fase, mais propositiva.

– Roubar o Estado, agora, vai ficar mais difícil, pois vamos apresentar propostas para reformular a estrutura dos órgãos reguladores do sistema financeiro. O Brasil vai se igualar a outros países, que enfrentam, isolam e superam a corrupção – declarou.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente do colegiado, confirmou que se discute a possibilidade de apresentação de projeto de lei, fruto da CPI, para fiscalização do sistema financeiro e diminuição da lavagem de dinheiro. Existiria um grupo de trabalho estudando o assunto.

Depoimentos

A Sub-Relatoria de Contratos adiou a continuação dos depoimentos, que estava prevista para hoje, de Iohannis Amerssonis, sócio da Brazilian Airlines Transportes Aéreos (Beta), que prestou serviços aos Correios, e de Ricardo Ramos Quirino, sócio da agência Grotera, que atuou junto ao Banco do Brasil.

Também nessa sub-relatoria, as oitivas de Giovanni Cérvo, da agência FCB, e de Reginaldo Reges Menezes Fernandes, funcionário da Skymaster, foram marcadas para amanhã.

Liminar garante manutenção de memorial no MA

O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar ontem suspendendo os efeitos da Lei estadual 8.313/05, que reintegra o Convento das Mercês, em São Luís, ao patrimônio do estado do Maranhão. A liminar é uma resposta à ação direta de inconstitucionalidade (Adin 3.626) imputada pela Mesa do Senado em defesa da Fundação da Memória Republicana, que mantém, no prédio, um memorial contendo diversos documentos produzidos durante a passagem do senador José Sarney (PMDB-AP) pela Presidência da República.

Aprovada pela Assembléia Legislativa maranhense, a Lei 8.313/05 estipula prazo de 30 dias, que se encerra em 29 de dezembro, para a desocupação do Convento das Mercês.

A Adin pede que essa lei seja declarada inconstitucional, argumentando que ela atenta contra a preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro, uma vez que não providencia a realocação



Preservados os registros da passagem de José Sarney pela Presidência da República

do acervo da fundação. A norma jurídica também estaria em desacordo com os princípios que postulam que toda lei deve ser necessária e deve utilizar instrumentos adequados para o alcance de seus objetivos. De acordo com os advogados do Senado, a Lei 8.313 ainda pretende desfazer, sem possibilitar ampla defesa, um ato jurídico perfeito ao revogar as Leis estaduais 5.007/90 e 5.765/93. Essas leis incorporaram o Convento das Mercês à Fundação da Memória Republicana.

A fundação ocupa o Convento das Mercês desde 1990, quando foi criada. Seu objetivo é preservar a memória de Sarney na Presidência da República. O convento foi fundado em 1654.